ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 25/4/2021
Aceito em: 28/9/2021
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar o artigo:

LEÃO, D. de O. Igarapé-Miri, PA: de pequenas comunidades eclesiais de base (CEBs) à "capital mundial do açaí". **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 49-77, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p49-77.

IGARAPÉ-MIRI, PA

DE PEQUENAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBs) A "CAPITAL MUNDIAL DO AÇAÍ"

Dilma de Oliveira Leão[1]

Resumo: O município de Igarapé-Miri, Pará, pertence à mesorregião Nordeste Paraense, região Norte do Brasil. Em virtude da falência dos engenhos de cachaça, o município vivencia uma grande virada em sua história. Com a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), conquista do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), posteriormente Projeto Mutirão, e cooperativas, ele conseguiu e vem conseguindo legar à população uma herança de desenvolvimento econômico, social, político e religioso, motivo pelo qual esta pesquisa investiga os processos de lutas e conquistas que resultaram em um novo estilo de vida do povo urbano, do rural e principalmente do ribeirinho de Igarapé-Miri. A pesquisa foi realizada por meio de metodologia teórico-empírica, baseada em entrevistas pessoais, rodas de conversa, pesquisa de campo, coleta de dados, com o objetivo geral de analisar a influência das CEBs na estruturação política, econômica e social do município de Igarapé-Miri, nos últimos 50 anos. Os resultados deste estudo revelam as CEBs como um novo modo de ser Igreja, fundamentado na Teologia da Libertação. Teologia que transforma o povo empobrecido em protagonista de sua história, se organizando socialmente, dentro de um novo padrão de produção e manejo do açaí, fonte de cultivo sustentável capaz do resgate econômico, político, social e religioso, elevando o município à categoria de "capital mundial do açaí".

Palavras-chave: Teologia da Libertação, comunidades eclesiais de base, agricultura familiar.

IGARAPÉ-MIRI, PA: FROM SMALL BASE ECCLESIAL COMMUNITIES (CEBs), TO THE "WORLD CAPITAL OF AÇAÍ

Abstract: The municipality of Igarapé-Miri, PA, belonging to the Northeast Pará mesoregion northern region of Brazil, Amazonia. After a long period of misery and famine due to the bankruptcy of the cachaça mills. Experienced a great turning point in its history, with the creation of the Basic Ecclesial Community (CEBs), Conquest of the Workers Union (STTR), later, Project Mutirão and cooperatives, succeeded and has been able to bequeath the population a heritage of development. Economic, social, political and reli-

[1] Professora de Educação Física, doutora em Ciências Teológicas pela Universidade Interamericana de Ciências Sociais, Assunção, Paraguai.
E-mail: dilmaleao07@gmail.com

gious, which is why this research aims to investigate the processes of struggles and achievements that resulted in a new lifestyle of the urban, rural and mainly riverside people of the municipality of Igarapé-Miri. This research conducted through a theoretical-empirical methodology, based on personal interviews, conversation circles, field research, data collection, has as its general objective to analyze the influence of the Basic Ecclesial Community (CEBs), on the political, economic and social structure. Of the municipality of Igarapé-Miri, in the last 50 years. The results of this study reveal CEBs as a new way of being church, grounded in Liberation Theology. Theology that transforms the impoverished people into protagonists of their history, socially organizing themselves, within a new pattern of production and management of açai, a source of sustainable cultivation capable of economic, political, social and religious rescue, raising the city to the category of "Açai World Capital".

Keywords: Liberation Theology, basic ecclesial community, family farming.

Introdução

Com o objetivo de rever a ação da Igreja Católica Apostólica Romana (Icar), nos tempos atuais, renovando-se e promovendo a fé de acordo com a realidade, sem deixar de lado a situação socioeconômica do povo, aconteceu o XXI Concílio Ecumênico Vaticano II nos anos de 1961 a 1965. Evento renovador que permitiu abertura para surgimento de várias expressões na Icar protagonizada por alguns movimentos como a Ação Católica Operária (ACO), o Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento do Mundo Melhor (MMM), Planos de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Plano de Emergência, Plano Pastoral de Conjunto (PPC) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Uma das motivações iniciais das CEBs era suprir a ausência de padres nas regiões onde os desafios eram maiores, nas quais os batizados não tinham nenhum contato com um processo de evangelização. A auto-organização leiga preencheria essa lacuna, sob a autoridade do bispo local. Assim, pequenas comunidades foram surgindo, tanto no campo como na cidade, em pequenos povoados, objetivando refletir a sua realidade à luz da palavra de Deus e das motivações religiosas. A partir de sua organização elas começavam também a reivindicar pequenas melhorias nos bairros, mas, ao mesmo tempo, iniciavam uma caminhada para tomar consciência da situação social e política. Queriam a transformação da sociedade em consequência da realidade de repressão política devido à Ditadura Militar que o País vivenciava (BETTO, 1981).

> As CEBs são fator de libertação. A partir do seguimento de Jesus pobre e reforçado pelo Espírito, seus membros se engajam na defesa dos direitos humanos, especialmente dos direitos dos pobres, que são os direitos à vida e à dignidade humana. Outros se engajam na justiça social, participam dos sindicatos. Outros, ainda, vão até o ponto de se filiarem a partidos, levando adiante o que chamam de bens do Reino, que é a justiça social, especialmente com a inclusão dos pobres, como um dos instrumentos de uma realização incipiente do Reino de Deus, a grande proposta libertadora de Jesus Histórico. (BOFF, 2018, p. 94-95).

É nesse contexto político e religioso que os padres Lazaristas, coordenadores da pastoral na Prelazia de Cametá, no Nordeste do Pará, incentivaram a realização de cultos dominicais sem a presença de padres consagrados, diante de uma realidade geográfica bastante diversificada, formada por ilhas, rios, povoados, pequenas cidades, aglomerados, comunidades ribeirinhas e afins

que faziam parte dessa administração eclesial. Essa iniciativa proporcionou novo formato de Igreja que se organiza na base, ou seja, os católicos romanos, mesmo estando longe de uma igreja de pedra, poderiam realizar suas celebrações, catequeses, reflexões bíblicas e atividades próprias da religião cristã vivida na expressão da Igreja Católica Apostólica Romana. Dentro desse processo surgem, na década de 1970, as CEBs da região ribeirinha do município de Igarapé-Miri, foco da nossa pesquisa.

As comunidades surgem em concomitância com a decadência dos engenhos de cana-de-açúcar para a produção de cachaça, ao redor dos quais se aglomeravam pequenos povoados que sobreviviam dessa atividade, garantindo o sustento das famílias. Devido a vários fatores econômicos, iniciou-se o declínio dos engenhos, deixando os trabalhadores que subsistiam da atividade sem muitas opções de sustento de suas famílias, provocando, assim, o êxodo rural. Várias famílias foram obrigadas a deixar suas casas ribeirinhas para tentar a sorte nas cidades mais próximas. Os poucos que ficaram tentavam sobreviver do extrativismo da madeira e da exportação do palmito, provocando certo desequilíbrio ecológico, visto que o alimento principal dos moradores da localidade era e é o açaí, justamente a palmeira de onde se extrai o palmito (PINTO, 2004).

Vivendo em péssimas condições, sem escolas, sem assistência à saúde e sem postos de trabalho, com solos e rios saturados da pesca predatória e exploração desordenada, os poucos moradores da região, organizados em pequenas células de CEBs, refletiam sobre a Palavra de Deus de acordo com a realidade, buscando inspiração na Bíblia para a solução de seus problemas existenciais e de sobrevivência, incentivados pela Igreja Católica Apostólica Romana, que promovia cursos de lideranças, além de suporte técnico de incentivo a economia popular solidária. Esses moradores, por meio da organização, conquistaram a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), que, embora já existisse, não trabalhava em prol dos benefícios dos sindicalizados, pois era atrelado à classe dominante. Por intermédio desse sindicato, os produtores firmaram convênios com organizações não governamentais (ONGs) e receberam apoio financeiro e técnico para melhor aproveitamento da terra, adquirindo materiais, motor para barcos, máquinas beneficiadoras de produtos e material didático para cursos de formação agrícola, o que melhorou as condições de trabalho e sobrevivência.

Com o fortalecimento do sindicato, agregando comunidades vizinhas, e com apoio de ONGs internacionais foi possível construir uma grande sede, fruto de um projeto chamado Mutirão, localizada às margens do Rio Meruú fazendo confluência com as demais comunidades circunvizinhas à região ribeirinha do município de Igarapé-Miri, PA. O sindicato funcionava como centro educacional e de treinamentos para que os pequenos agricultores obtivessem formação continuada, principalmente a juventude rural, e pudessem garantir sua sobrevivência com o plantio e a preparação de mudas de açaí e de forma consorciada com outras espécies, como cacau, cupuaçu, andiroba e outras.

No final da década de 1990 e início de 2000 deu-se início à produção em larga escala e à comercialização externa do açaí, que até o momento só era produzido para consumo interno. O produto passou a ser comercializado nas feiras dos municípios mais próximos. Com o apoio da UFPA, por meio do programa chamado Programa Pobreza e Meio Ambiente (Poema), e com financiamento do Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Estado do Pará (Banpará), foram criadas as cooperativas: Cooperativa Agroindustrial dos Trabalhadores e

Produtores Rurais (COOPFRUT), Cooperativa de Desenvolvimento de Igarapé-Miri (Codemi) e Cooperativa de Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (Caepim).

O beneficiamento da terra, o cultivo, a produção e a comercialização do açaí proporcionaram, além de melhoria na qualidade de vida desses ribeirinhos, o status ao município de "capital mundial do açaí", chegando a ser considerado o principal produtor mundial. Aliado a esse fato, as comunidades conseguiram conquistar, após várias eleições, o poder executivo do município, elegendo um verdadeiro representante dessas comunidades, uma liderança que teve sua formação política no seio das CEBs.

Processos metodológicos

Para o levantamento histórico do surgimento das CEBs e sua atuação na estruturação do município de Igarapé-Miri foi utilizada a metodologia fenomenológica para fazer uma análise descritiva dos acontecimentos de acordo com as experiências vividas, buscando interpretar os fenômenos dentro de um contexto social, político e econômico. A metodologia fenomenológica não se baseia em uma teoria, mas na vivência da realidade, analisando as experiências partilhadas. Dessas experiências é possível interpretar os processos e estruturas sociais e questionar o mundo ao redor, sendo o fenômeno o objeto de investigação (CAMPOS, 2012).

A pesquisa foi feita, em um primeiro momento, pela busca de relatos de experiências, de pessoas com vivências nas comunidades eclesiais de base. Como é uma pesquisa sem precedentes científicos, todo material impresso encontrado foi utilizado, como: atas de reunião, relatórios, agendas, pequenas anotações, boletins informativos, panfletos, documentos da igreja, livros históricos, relatórios paroquiais e outros.

Utilizou-se também a entrevista, para obter informações e relatos dos acontecimentos históricos de pessoas que participaram e que ainda participam do processo, que é o objeto da pesquisa. A entrevista é subjetiva, sem uma sequência cronológica, e acontece de acordo com os relatos que vão sendo referidos pelo entrevistado. E a partir dessa situação foram nascendo outros questionamentos que passaram a complementar as informações necessárias.

Desta forma, houve uma interação com pessoas que vivenciaram o fenômeno, visando obter informações sobre os acontecimentos, com a vantagem de serem os entrevistados os principais atores sociais que relatam suas condutas, opiniões, desejos, atitudes e expectativas, todavia com a desvantagem da subjetividade (CAMPOS, 2012).

Como a pesquisa envolvia aspectos qualitativos e quantitativos, foram usadas várias formas de coleta de dados, entre elas: pesquisa bibliográfica, entrevistas informais e estruturadas, rodas de conversa e pesquisa de campo com questionário semiestruturado.

Lutas e conquistas das CEBs no município de Igarapé-Miri, PA

Os acontecimentos sobre a influência das CEBs na estruturação política, social, econômica e religiosa no município de Igarapé-Miri, transformando-o em "capital mundial do açaí", giram

em torno dos anos de 1970, quando surgem as primeiras comunidades, período marcado pela realização de culto dominical, círculo bíblico, grupo de jovens ribeirinhos, formação de lideranças, formação que envolvia não só as questões religiosas, como também de sobrevivência, principalmente atividades voltadas para o trabalho com a terra, com a agricultura familiar, dando suporte às questões políticas, econômicas, sociais e sindicais.

A partir dos anos 1980 começa um período de grandes mudanças sociais, fruto da organização não só nas CEBs como também em outras instâncias de movimento, como o STTR, Projeto Mutirão, Cooperativas, Movimento de Mulheres, partidos políticos.

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Igarapé-Miri, PA (STTR)

Uma das ações de resgate social implementadas com o auxílio doutrinário das CEBs na região foi a tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri. Contudo, a organização de trabalhadores, quando analisada sob o prisma da realidade amazônica, revela-se tardia, se comparada às mobilizações em outros estados, onde as tensões no campo se mostravam, até então, mais intensas e expressivas. Assim, segundo Sandra Maria Ferreira da Costa:

> A história sindical na Amazônia terá seu início marcado pelas novas relações sociais que se processaram a região a partir da conjuntura desenvolvimentista empreendida pelo Governo Federal, objetivando colonizar e desenvolver a região, expandindo dessa forma o trabalho assalariado e ampliando o processo de expulsão dos camponeses da terra. (COSTA, 2001, p. 192).

A mobilização dos trabalhadores rurais, tidos como pessoas tolhidas de um sentido de pertencimento à terra, pode ser vista pelo chamamento das lideranças das CEBS à luta pela reconquista do solo, da renda, da dignidade.

Com isso nascia um sentimento de engajamento mais atuante, assim os primeiros sindicatos rurais se configuraram nos moldes dos mandamentos constitucionais e da legislação trabalhista, ou seja, rigorosamente controlados pelo governo (ANTUNES, 2010).

No caso específico de Igarapé-Miri, o STTR, fundado em 28 de fevereiro de 1968, formado inicialmente pelos trabalhadores da lavoura e do extrativismo vegetal, contava com pouca participação de agricultores e pecuaristas. Sua estruturação pode ser considerada corporativista, porque estava vinculado ao poder público e aos senhores de engenho, que dominavam a economia local, e usado para assistencialismo e clientelismo.

O STTR de Igarapé-Miri, até o final dos anos 1980, funcionou como uma entidade burocrática e assistencial, posto que sua principal atividade era o assessoramento dos trabalhadores em suas necessidades mais emergenciais, como, por exemplo, a compilação de documentos para a obtenção de aposentadoria (MEDEIROS, 2009).

A partir das CEBs, e por meio dos estudos no círculo bíblico, começa um despertar para a necessidade de se ter um sindicato que realmente defendesse a causa do trabalhador rural; também por meio de incentivo e orientação da Prelazia de Cametá, que ofertava cursos de formação

agrícola, para a melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos e comunitários. A sensibilização se dava de todas as formas, uma delas era o jornal da comunidade, que mantinha o intercâmbio entre as comunidades, com informações necessárias para manter o povo unido em suas reinvindicações.

No início dos anos de 1980 começa a luta pela conquista do sindicato, mais provável no ano de 1982. A conquista só poderia acontecer por meio de eleições para a diretoria, e, conforme já mencionado, o sindicato estava sendo dirigido pelos patrões, pelas oligarquias, pessoas ligadas ao poder público, os donos de engenho, grandes empresários.

A campanha para a conquista do sindicato foi longa e precisou de grande mobilização das CEBs, incluindo a filiação de homens, mulheres e jovens, com objetivo de aumentar o coeficiente eleitoral. Foi como se fosse uma campanha eleitoral para prefeitura ou governo de estado.

Os relatos a seguir são baseados em um folheto produzido pelo líder do movimento sindical, que mais tarde, com a conquista, se tornaria o primeiro presidente do STTR, representante da classe trabalhadora, Manoel Luiz (*in memoriam*). O folheto foi produzido de forma artesanal, sem a intenção de publicação, apenas para divulgar às comunidades toda a trajetória de conquista do STTR de Igarapé-Miri, assim intitulado: "Transição e concepção sindical: histórias e lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais", com provável data o ano de 2003.

Em outubro de 1982, durante um encontro do Anilzinho, foi realizada uma reunião com alguns representantes dos municípios de Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajuru e Igarapé-Miri, na qual se discutiu a necessidade de tomada da direção do sindicato dos trabalhadores rurais. Nesse encontro decidiu-se organizar uma comissão intersindical com o objetivo de trocar experiências de estudos, organizar a oposição sindical nos municípios que ainda não a possuíam e fortalecer os que já tinham.

O primeiro encontro aconteceu em janeiro de 1983 em Mocajuba e Igarapé-Miri. Na ocasião formou-se uma coordenação dos intersindicais, que começou a preparar material educativo aos trabalhadores informando o que é e para que serve o sindicato, por exemplo: "Bê-á-bá do Sindicato", "O que é Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural)", e outros, além da organização de oposição em cada município; coordenação, programação, caixinha de finanças. O espaço das CEBs sempre era aproveitado para esclarecimentos sobre a questão sindical.

A formação sindical incluía a legislação da eleição sindical para que a oposição pudesse se organizar melhor. Não foi tarefa fácil para os comunitários entenderem todo o mecanismo que envolvia a tomada do sindicato. Houve muita influência de orientações nos cursos de liderança, que mantinham o espírito das CEBs de unidade e fraternidade. O grupo também recebeu orientações especializadas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), órgão de assistência a movimentos populares e na formação de cooperativas e associações, Comissão Pastoral da Terra (CPT), e dos sindicalistas que já tinham conquistado a direção do sindicato de suas cidades, como Cametá e Baião.

Os representantes da oposição sindical defendiam: permanência na terra, busca de alternativas econômicas, recuperação da economia do município, replantio e manejo de açaí e democratização da entidade. Enquanto que o grupo que estava na direção tinha como bandeira de campanha a construção de um hospital e a ampliação do atendimento ambulante. Ele atacava a oposição

dizendo que a chapa adversária, representada pelos trabalhadores rurais, era dos comunistas, que o comunismo toma terra e bens, além de acabar com os convênios que já existiam. Não houve quórum suficiente, havendo a necessidade de convocar uma assembleia geral para eleger uma Junta Governativa para convocar nova eleição. Ainda no ano de 1983 foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Ato Público de 1º de maio.

Em 1984, o Brasil estava vivendo a abertura democrática com a Campanha das "Diretas Já" e o 1º Congresso da CUT em São Paulo, com mais de 5 mil participantes, inclusive membros da oposição sindical de Igarapé-Miri. A organização sindical estava diretamente ligada ao movimento das "Diretas Já", com o objetivo de forçar o fim do Regime Militar. Na região Tocantina acontecia o movimento dos expropriados da Hidrelétrica de Tucuruí, constituindo uma motivação a mais ao movimento sindical e à formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Mesmo com a derrota nas eleições, o movimento de oposição sindical não parou, com ajuda de várias entidades, principalmente das CEBs e da Igreja de Cametá. Os cursos de formação sindical eram realizados nos diversos encontros que aconteciam no decorrer do ano: formação política, desenvolvimento sustentável, agricultura alternativa.

Após a derrota nas eleições sindicais nos anos de 1983 e 1985, novas eleições foram convocadas em 1988. A oposição sindical conseguiu um miniprojeto de uma organização não governamental (ONG), com orientação da Fase de Abaetetuba. O recurso conseguido serviu para comprar um barco pequeno, para articular nas localidades, e uma casa na cidade de Igarapé-Miri, que seria uma espécie de comitê central para reuniões e programações. As reuniões passaram a ser quinzenais e recebiam a assessoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Cametá.

No dia 16 de maio de 1988, saiu o edital de convocação para as eleições no dia 16 de junho, em 1ª convocação. O dia da eleição foi marcado por uma grande movimentação das chapas concorrentes. A cidade de Igarapé-Miri estava agitada, grupos de pessoas se aglomeravam nas esquinas para comentar os acontecimentos. A chapa 2 (oposição) dispunha de uma bicicleta e um barco para transportar as pessoas do interior. Os jovens, desde às 2h da madrugada, ocupavam as filas para depois cederem o lugar aos idosos. A oposição contava com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública (Sintep), da Colônia dos Pescadores, CPT, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares (Fetagri), de sindicatos vizinhos e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Ao final da apuração, mais uma vez, não teve quórum e novamente os sindicalistas foram convocados para o dia 20 de junho, em 2ª convocatória. E assim, depois de muita luta, o sindicato dos trabalhadores rurais de Igarapé-Miri finalmente é conquistado para a classe trabalhadora rural. Uma nova história na vida do povo começa a ser contada, claro que não só de glórias, mas de muitas outras lutas que deveriam ser enfrentadas adiante.

Deste modo, com a evolução sindical e social, os trabalhadores passaram a firmar convênios com ONGs e receberam apoio financeiro e técnico para melhor aproveitamento da terra, adquirindo materiais, motor para barcos, máquinas beneficiadoras de produtos, material didático para cursos de formação agrícola, melhorando as condições de trabalho e sobrevivência.

Projeto Mutirão

A conquista da direção do STTR representou um grande desafio que os trabalhadores tiveram que enfrentar para mudar de uma estrutura assistencialista, que representava o sindicato, para uma estrutura de representação dos trabalhadores em suas lutas e conquistas sociais, econômicas e políticas. Muitos conflitos de ideias surgiram durante essa mudança de curso das atividades do STTR.

O importante, no meio de tudo, era a união que as CEBs, por intermédio da Igreja de Cametá, conseguiam mediante orientações e articulações com as lideranças comunitárias e sindicais, sempre ressaltando o espírito comunitário para vencer as dificuldades, principalmente de sobrevivência, e o uso da terra como fonte primeira para sair da situação de carestia que o povo de Igarapé-Miri estava vivendo na época.

Na década de 1980, Igarapé-Miri sofreu profundas mudanças econômicas e ambientais. Nesse aspecto, em particular, tem-se que a pesca foi fortemente abalada pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a qual, segundo Rafael Pinzón Rueda, "teria levado à redução de muitas espécies, principalmente do mapará, e sua vegetação ficou comprometida com a atuação de serrarias" (RUEDA, 1995, p. 3).

> Do ponto de vista da organização socioeconômica preexistente à construção da barragem significou a desestruturação das atividades de pesca e da agricultura praticada em várzeas e ilhas, sobretudo no trecho do rio que se estende desde Baião - atravessa Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru - até Cametá. (MAGALHÃES *et al.*, 2012, p. 13).

Além disso, houve redução do mais tradicional alimento daquela população local: o açaí, motivada pelas fábricas de palmito que chegavam do Sudeste para as regiões de várzea no Pará, ainda na década de 1970, devido ao esgotamento das fontes do palmito-juçara na Mata Atlântica. Com isso, naturalmente, os açaizais começaram a sofrer o impacto com o corte indiscriminado de suas palmeiras em idade produtiva, denotando uma ação predatória que afetou sobremaneira o estoque de frutos para a dieta alimentar da população, que era baseada na farinha de mandioca, no peixe e na polpa de açaí (LOPES, 2007).

Outra mudança, como frisado em momento anterior, foi o declínio da economia baseada na cana-de-açúcar, forçando a um êxodo rural que resultou na evidência das desigualdades sociais. Para os ribeirinhos que continuaram no interior do município não havia alternativas de sustento, restando apenas a pobreza e a exclusão social.

Entretanto, diante da situação de pobreza e munidas com a doutrina da Teologia da Libertação, até então vigente nas CEBs, as comunidades decidiram ocupar uma terra no Rio Santo Antônio, chamada Tracuatêa. Era um grupo de mais ou menos 59 famílias, com objetivo de começar uma plantação, visando a um projeto maior. Fizeram um barracão e plantaram maracujá, açaí, arroz, mandioca e outras espécies, que serviam de sustento para as famílias. Trabalharam lá 1 ano e pouco, mas a ideia era comprar um grande terreno que ficava no Rio Meruú, chamado de Ponta Negra.

A escolha do terreno foi motivada por ele estar situado em local estratégico para todas as comunidades ribeirinhas e por ser de fácil acesso via fluvial. Porém, os recursos eram poucos. Começa, então, uma busca por parcerias. As lideranças do movimento pró-Mutirão contataram várias entidades, sem muitas conquistas. Conseguiram com Raimundo Julião da Costa e Altêmis Corrêa dos Santos uma quantia de 1 milhão de cruzeiros. Depois, em conversa com o Bispo de Cametá, Dom José Elias, conseguiram por meio de projeto internacional o valor de 600 mil cruzeiros, totalizando 700 mil.

De acordo com entrevista realizada com Mauro Gomes (líder de comunidade, um dos fundadores do Projeto Mutirão e presidente da entidade em vários mandatos), de posse desse valor, um grupo formado por Manoel Luiz, Altêmis Corrêa, Agenor Fonseca e Mauro Gomes fez a compra do terreno, na cidade de Belém, PA, que a princípio se negou a vender, mas ao ver as espécies, mudou de ideia e concretizou a venda.

Com a compra do terreno, além do apoio do STTR, da Igreja de Cametá, das CEBs e as orientações agrícolas de entidades não governamentais, organizou-se um grande projeto chamado "Projeto Mutirão", dentro dos parâmetros do Projeto Tracuatêua, que já estava encaminhado. Agora os recursos seriam para colocar o Projeto Mutirão em prática.

Em um dos encontros de formação na cidade de Abaetetuba, PA, encontraram Roberto Remigi, representante de uma entidade italiana chamada Manitese[2], e o convidaram a participar de uma reunião com os comunitários. Nessa reunião, apresentaram o Projeto Mutirão a ele, que fez alguns questionamentos: – O que vocês pensam com esse projeto? Por maior que seja, não alcançarão todo o município de Igarapé-Miri, só alcançarão umas famílias de algumas comunidades, mas não conseguirão todo o município. A resposta de Manoel Luiz foi: – O projeto servirá de espelho para todo morador ribeirinho do município.

E assim aconteceu, pessoas que não faziam parte da associação começaram a ver o trabalho do Mutirão e aderiram à experiência e buscavam conhecimento de como trabalhar na terra e produzir açaí. Foi uma semente lançada no meio do povo, que não sabia como lidar com a terra nem que ela poderia trazer fartura e abundância para todos. O município inteiro aderiu à ideia do Mutirão. Muitas pessoas que tinham ido embora para outros lugares voltaram, compraram terras e começaram a viver do cultivo de açaí. Tudo inspirado no modelo de produção iniciado com o Projeto Mutirão.

De acordo com o depoimento de Mauro Gomes, Roberto Remigi levou o Projeto Mutirão para a Itália para ser aprovado, mas os padres não estavam querendo aprovar, por ser um projeto muito grande e que dificilmente iria dar certo. Os padres holandeses da prelazia não estavam acreditando no projeto.

Roberto Remigi participou de uma reunião na qual estavam os representantes das CEBs de todo o município de Igarapé-Miri. Ele percebeu, na discussão, que o povo estava organizado e já tinha experiência de trabalho na terra, na lavoura, em forma de mutirão. Também a maneira como

[2] Organização não governamental que há mais de 50 anos luta por justiça social, econômica e ambiental no mundo. Reconhecida como um Corpo Moral, com status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Opera na África, Ásia e América Latina com projetos de cooperação internacional para desenvolver uma economia autônoma e sustentável nas comunidades locais (https://www.manitese.it/, 2019).

defendiam o projeto e por já terem experiência de 2 anos de trabalho comunitário na agricultura familiar, 2 anos de trabalho no campo, de forma coletiva, circular, em mutirão. As CEBs já estavam preparadas para enfrentar qualquer projeto maior. Remigi, então, fez questão de defender o projeto para as autoridades da entidade Manitese.

Na entrevista com Mauro Gomes, ele relata que, na Quinta-Feira Santa de 1989, uma das coordenadoras da ONG Manitese veio fazer uma visita, participou de uma reunião com as comunidades e conheceu de perto o Projeto Mutirão. A partir dessa visita, em contato direto com os trabalhadores rurais, visitando o barracão construído na área do Tracuatêua, autorizou a liberação do recurso, orçado em torno de 124 mil dólares.

Com o financiamento liberado e o terreno, os comunitários, 64 famílias associadas, no início, começaram o trabalho; homens, mulheres e jovens iniciaram o trabalho, como o projeto define, feito em mutirão. Todos ajudavam, trazendo de suas casas alimento para ser partilhado. A maioria não tinha muita coisa, mais o pouco que tinha era repartido. Todo o trabalho de construção foi voluntário. A construção ao todo durou 1 ano. A área compreendia um total de 540 ha, que seria utilizada para a sede às margens do Rio Meruú, e o restante seria utilizado para o plantio.

E assim teve início o maior projeto agrícola da América Latina, idealizado e realizado por comunitários ribeirinhos com apoio das CEBs, STTR, Prelazia de Cametá e Manitese, no município de Igarapé-Miri: Projeto Mutirão.

O dia 20 de maio de 1990 é a data oficial da fundação do Projeto Mutirão, cuja sede recebe o nome de "Centro de Formação Roberto Remigi", em homenagem e agradecimento à pessoa que acreditou no projeto e conseguiu os recursos necessários para a construção e continuidade dele. Além da sede, para encontros e formação, foi construído um depósito para produção de sementes, uma casa familiar rural, dormitórios e a casa do administrador local (vigilante). Também foram comprados barcos para transporte fluvial.

Todo o esforço comunitário e luta para organizar o projeto tinha, e ainda tem, o objetivo de restabelecer a economia do município de Igarapé-Miri, com o crescimento da produção agrícola; garantir o homem no campo, por meio de incentivo à produção das culturas permanentes consorciadas com as culturas tradicionais (temporárias); possibilitar a formação política e cultural dos trabalhadores, como estratégia de organização; fomentar uma forma de trabalho que preserve a natureza, além de conseguir, por intermédio de instituição legalizada e estruturada, linhas de crédito para financiamento ou por meio de ONGs, ou de entidades bancárias, entre outras formas de investimento para desenvolver a produção nas unidades familiares; garantir às populações ribeirinhas melhor qualidade de vida, geração de emprego e renda, além do acesso a bens fundamentais como saúde, educação, formações, assistência técnica na produção agrícola, em especial no cultivo e manejo de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) nativo.

A Associação Mutirão tornou-se entidade jurídica com possibilidades de captar créditos, financiamentos, parcerias com entidades educacionais, instituições de ensino, pesquisa e extensão, voltados à formação em gestão de empreendimentos econômicos solidários, economia solidária, cooperativismo e associativismo.

Inicialmente a Associação Mutirão, juntamente com o STTR, conseguiu parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Amazônia Oriental, Associação Unidade e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos (Ucodep).

Por ser uma entidade jurídica foi possível conseguir crédito financeiro para as comunidades iniciarem o beneficiamento de suas terras, com objetivo de manejo, implantação e produção do açaí. Em 1993, a Associação Mutirão, por meio do Fundo Constitucional do Norte (FNO), conseguiu crédito financeiro para 27 famílias dos 64 sócios do Mutirão. Foi o primeiro financiamento do FNO especialmente para os agricultores familiares de Igarapé-Miri (REIS, 2008).

Conseguir crédito não foi tarefa fácil, assim como todas as conquistas, exigiu a organização e a luta em conjunto, foi assim que os trabalhadores rurais movidos pelas CEBs, pela Associação Mutirão e pelo STTR ocuparam a sede do Banco da Amazônia em Igarapé-Miri para reivindicar os recursos financeiros necessários à implementação da agricultura familiar na comunidade.

Os atores envolvidos na Associação Mutirão são prioritariamente moradores de comunidades ribeirinhas, ou seja, moradores de solo de várzea. As áreas de várzea são úmidas, periodicamente inundadas pelo transbordamento natural dos rios e lagos, promovendo interações entre a vida aquática e terrestre. Os solos são férteis em virtude da renovação periódica de nutrientes; o curso das marés, dependendo do período, transborda a terra depositando partículas orgânicas e minerais, transportados de águas brancas. Assim, caracteriza-se um solo rico para agricultura de pequeno porte (REIS, 2008).

A área de várzea do município de Igarapé-Miri é composta por uma vegetação de espécie hidrófila, que gosta de água, e por latifoliadas de folhas largas, intercaladas por palmeiras, onde sobressai o açaí (*E. oleácea*), o buriti (*Mauritis flexuosa*), o cacau (*Theobroma cacao*), a andiroba (*Carapa guianensis*) e outros.

A palmeira do açaí adaptou-se à área de várzea, tornando-se a principal fonte de alimentação da população miriense. Mesmo antes de o açaí se tornar produto internacional, era e é alimentação básica na merenda, no almoço e no jantar do miriense. Em razão dessa realidade, a Associação Mutirão e todas as entidades ligadas concentraram todo o empenho na plantação, produção e manejo do açaí.

A primeira entidade a dar formação agrícola e assistência técnica já na sede do Mutirão foi a Emater, que orientou a limpeza do pasto para um novo plantio, com a retirada de todas as plantas nativas inclusive as palmeiras de açaí que já existiam. Na verdade, a Emater, além de orientação técnica, estava disponibilizando recursos em sua maioria para adubo, o que não era necessário, já que o solo de várzea possui fertilização natural pelo próprio curso das marés.

Nesse processo houve certa resistência entre o conhecimento técnico e o conhecimento prático. A orientação técnica, muitas vezes, ignorava o conhecimento empírico dos trabalhadores, fato observado por Reis.

> A orientação dos técnicos da EMATER, mostrou-se desarticulada da realidade da produção em área de várzea. Nesse sentido, a modernização tecnológica aplicada à produção de açaí, com uso de defensivos agrícolas e excessivo manejo dos açaizais, trouxe problemas não somente de riscos ao meio ambiente, como também deixou os agricultores sem sua principal fonte de renda. (REIS *et al.*, 2015 p. 17).

Isso revela o conflito entre o conhecimento técnico e o senso comum, que não desmerece o capital social construído com muitas lutas ao longo dos anos e que credencia os trabalhadores rurais a elaborar, gestar e praticar um desenvolvimento sustentável local capaz de diminuir a concentração de renda e as desigualdades sociais no município.

Nos anos seguintes, várias entidades ligadas a agricultura e formação foram sendo solicitadas para atuarem com os agricultores ribeirinhos, no intuito de dar suporte necessário ao desenvolvimento da melhor forma de plantio e produção de açaí. Entre as técnicas que melhor se adaptaram ao solo e ambiente de várzea está o manejo nas plantações de açaizais, sem utilizar agrotóxicos, sem agredir a natureza, preservando a biodiversidade e reduzindo custos para o agricultor.

> Manejo de palmeiras de açaí em florestas de várzea do estuário amazônico é uma prática que requer pouco equipamento e conhecimento técnico, e se constitui em abrir espaço para a entrada de luz e crescimento da planta. Usando facões, os trabalhadores cortam os arbustos e plantas rasteiras, anelam árvores que fazem coberturas indesejáveis e eliminam estipes velhos de açaí e alguns jovens, para diminuir a competição por luz e nutrientes entre os estipes restantes. (POLLAK *et al.*, 1996, p. 21).

A técnica de manejo foi aos poucos sendo utilizada pelas comunidades, que logo sentiram o efeito positivo, com aumento da produção de açaí em suas áreas rurais. Praticamente todos os produtores rurais, tanto os associados como os não associados, se beneficiaram das orientações e cursos de formação que eram realizados na sede do Mutirão.

O Projeto Mutirão também se estende para outras culturas além do açaí, exemplo disso é que conta com um tanque para criação de peixes, especialmente o tambaqui, e também possui uma variedade de viveiros de diversas culturas vegetais, como cacau, seringa, cupuaçu, açaí, andiroba e outras culturas regionais.

Neste contexto, o Projeto Mutirão prosperou e tornou-se referência para os trabalhadores das mais diversas regiões de Igarapé-Miri, e os resultados foram tão positivos que se distribuíram para os associados, produzidos por eles mesmos 15 mil mudas de laranja, 8 mil mudas de coco e outros cultivos como: banana, cupuaçu, açaí, acerola e maracujá, além do incentivo a outras culturas como: arroz, milho, feijão, mandioca, para o plantio comunitário e sustentação.

Além das diversas atividades desenvolvidas para dar suporte ao trabalhador rural, a Associação Mutirão, por meio de convênios com várias entidades regionais e internacionais, implantou o Projeto Casa da Família Rural, voltado para formação técnica de jovens agricultores da região, desenvolvendo cursos em áreas principalmente de cultivo, manejo de recursos florestais, construção naval, piscicultura, avicultura, agricultura familiar e sustentável. A importância de en-

volver a juventude no processo educativo do cuidado com a natureza, a valorização da agricultura familiar rural é bem clara na entrevista com a professora Benedita:

> É possível encontrar uma saída para a economia do município, mas é preciso também mostrar que o meio ambiente é tudo para nós, basta saber como utilizar de maneira correta os recursos e dar valor para nossos produtos regionais, porque pode ser daí a reconstrução da base de nossa economia, por isso trabalhamos muito com a conscientização de nossos jovens. (informação verbal)[3].

A Associação Mutirão envolveu praticamente todos os moradores, principalmente os ribeirinhos do município, que encontraram na produção de açaí o meio sustentável de sobrevivência, almejado, sonhado e conquistado, sem prejudicar a natureza e utilizando os saberes e conhecimentos próprios da região, associado aos conhecimentos técnicos que, além de dar mais credibilidade ao produto, possibilitam a comercialização em proporções antes inimagináveis.

Cooperativas

As CEBs, criadas e incentivadas pela Diocese de Cametá nos anos 1970, mudaram por completo principalmente a vida dos ribeirinhos do município de Igarapé-Miri, que por meio da organização e articulação conseguiram envolver todo o município em um projeto que veio mudar a forma de vida do povo, antes empregados de senhores de engenho, agora proprietários de terra, agricultores da várzea, grandes produtores de açaí. O Projeto Mutirão possibilitou aos produtores rurais o conhecimento de como trabalhar na terra sem agredir o meio ambiente, sem usar agrotóxicos, aproveitando o curso das marés para fazer o manejo dos açaizais.

As parcerias conseguidas por intermédio da Associação Mutirão e STTR, com entidades educacionais e instituições financeiras para conseguir crédito direto do banco para o produtor, possibilitaram grande expansão da produção do açaí no município. Agora já não se tratava apenas de consumir o açaí, mas de comercializar o produto. E como conseguir vender para um mercado ainda não explorado e pouco conhecido, como o do açaí?

Em entrevista realizada com Leobaldo Fonseca Costa (2017), presidente da Caepim, obtém-se um histórico da criação das cooperativas em Igarapé-Miri, a seguir:

> Com apoio de entidades como a FASE, e sempre trabalhando de forma coletiva, buscando alternativas para a solução dos problemas, se buscou uma organização que fosse de encontro ao mercado que buscasse atrair a comercialização do açaí. Muitas entidades foram criadas, muitas associações, em cada distrito, ou área distrital ou até mesmo nas comunidades se criou associações (informação verbal)[4].

Em 1999, na administração do prefeito, Dr. Mário da Costa Leão, começa uma discussão para a criação de uma cooperativa. Com data de fundação de 11/11/2012 foi oficializada a primeira cooperativa do município envolvendo várias associações e entidades, a Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri (COOPFRUT), com objetivo de formar um consórcio de vendas.

[3] Notícia fornecida por Benedita, professora, em 2017.
[4] Notícia fornecida por Leobaldo Fonseca Costa, presidente da Caepim, em 2017.

A Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (Poema), ajudou a articular e orientar os associados a se familiarizarem com a metodologia da cooperativa; era algo novo, e as pessoas não tinham experiência com cooperativas.

O projeto da COOPFRUT incluía produção no campo; formação de produtores na base; capacitação; trabalho com o campo; manejo do açaizal e bons tratos da produção, além de uma unidade industrial que funcionaria no município com o beneficiamento da matéria-prima em outros produtos.

O Banco da Amazônia (Basa) financiou o projeto na sua estrutura física, e o Banco do Estado do Pará (Banpará) financiou o capital de giro. No ano de 2000, mesmo sem a cooperativa estar oficialmente legalizada, a fábrica ficou pronta e começou o trabalho com um conselho gestor e ajuda do Poema.

A COOPFRUT não durou muito, devido à dificuldade de administrar um projeto muito grande, idealizado por uma articulação política, sem envolvimento na fase de estruturação da base. Um projeto feito de cima para baixo.

De acordo com entrevista realizada com Eliezer Souza dos Santos, a COOPFRUT foi a primeira cooperativa implantada no norte do Pará. Ela serviu como um laboratório de pesquisa para quem não tinha domínio do mercado, era um projeto muito grande para nossa capacidade de gestão, chegou a abranger todo o município, envolvendo 18 associações e 380 cooperados. Com a concorrência de mercado e a dificuldade na administração, a fábrica fechou, e a cooperativa não está mais ativa.

Com os mesmos objetivos, articulada pelas bases provindas dos associados do Mutirão com ajuda da Fase, foi criada a Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (Caepim).

De acordo com Leobaldo Fonseca Costa, em entrevista realizada em 2017:

> A Caepim foi fundada no dia 14 de maio de 2005, com 30 associados, que fazem parte da Associação Mutirão. Com a superprodução de açaí e não encontrando meios de comercializar o produto, começou a intermediar o processo de comercialização do açaí, através de um consórcio de associação e cooperativas do Baixo Tocantins. Tinha associação de Cametá, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Barcarena. Esse consórcio se articulava para conseguir o comércio do açaí, tanto em nível municipal como regional, que depois se tornou nacional e internacional, consórcio do Baixo Tocantins (informação verbal)[5].

O açaí era comercializado pela própria Associação Mutirão, as empresas que compravam o produto começaram a exigir nota fiscal. Como a associação não tinha caráter comercial, isso se tornou um entrave para a comercialização. Era preciso solicitar nota fiscal de outras cooperativas.

Dentro do processo, a Fase, entidade que acompanhava o movimento dos agricultores, prestando assessoria, conseguia identificar algumas dificuldades que as cooperativas e associações tinham no que dizia respeito à gestão desses empreendimentos.

[5] Notícia fornecida por Leobaldo Fonseca Costa, presidente da Caepim, em 2017.

A Fase conseguiu captar recursos para formar jovens e adultos agricultores, capacitando-os em gestão e empreendimentos de cooperativas, por meio do Programa de Formação em Gestão de Organizações Econômicas (Profor Gestão). O município de Igarapé-Miri mandou representantes de várias associações. O curso teve duração de 2 anos, e quem dele participou tornou-se multiplicador para as associações e comunidades.

Foi a partir do curso que os associados(as) iniciaram as conversações sobre a criação de uma cooperativa, entendendo que cooperativa é uma entidade jurídica de caráter comercial, uma empresa que trabalha de forma cooperativa, diferente de uma empresa capitalista. Com a criação da cooperativa, os associados poderiam comercializar o produto e não precisariam pedir a emissão de nota fiscal a entidades que não estivessem ligadas diretamente ao Mutirão.

A organização da cooperativa em si ocorreu dentro de 1 ano de debate. Com o estudo proporcionado pela Fase, por meio do Profor Gestão, teve início um processo para a formação da cooperativa.

O objetivo era vender o açaí. No estatuto, era vender o produto da agricultura familiar. Depois surgiram outras necessidades. E os associados foram se engajando na comercialização dos produtos e conseguiram um convênio por meio do programa do governo federal, "Política de Aquisição de Alimentos (PAA)". Por meio dele o governo federal compra alimentos para fornecer a creches e entidades beneficentes, além de associações. Outro é o "Fome Zero", programa que prioriza produtos da agricultura familiar.

A Fase ajudou a montar o projeto, prestando assessoria e suporte técnico para conseguir o convênio com o governo federal. A Caepim foi a primeira a conseguir esse convênio. Outro programa que a cooperativa articulou foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Penae), que auxilia na merenda escolar das escolas públicas, também priorizando a agricultura familiar.

Oitenta por cento da merenda escolar já chegou a ser fornecida pela agricultura familiar por intermédio da cooperativa. Além do açaí, a cooperativa comercializa camarão, peixe, banana, cacau e outras frutas.

Na entressafra, a produção de açaí diminui. Nesse período, que vai de janeiro a junho, os produtores comercializam outros produtos que estão consorciados com o açaí. É preciso diversificar a produção, buscar sustento com outras alternativas de sementes, como cacau, murumuru e andiroba, além de manga, cupuaçu, hortaliças e outros.

A cooperativa oferece curso de colheita e pós-colheita, curso de manejo de açaí e melhoria da qualidade do produto que será negociado. Por meio dela é possível negociar preços e comercializar diretamente com as empresas. O produto da cooperativa é de qualidade, porque se acompanha todo o processo de manejo e colheita exigido pelas empresas, que preferem os produtos de cooperados. O agricultor busca recursos, faz o plantio e a colheita. Já a cooperativa trata da comercialização com as empresas, apresentando proposta de negociação.

Para cada produção há uma planilha de custos, e ao fechar um preço x com a empresa, deduz-se o custo operacional, e o restante é repassado para o cooperado. Ao final de toda a operação verifica-se o lucro, que são as sobras. Se houver lucro, este é dividido com o associado.

Há uma regra do cooperativismo que diz: 50% das sobras devem ficar com a cooperativa, para que ela se mantenha e mantenha a formação; os 50% restantes são divididos igualmente entre todos os associados. A cooperativa é uma empresa diferente das outras; não é de uma pessoa, é de um coletivo. Tem que acompanhar a lei do cooperativismo.

Segundo Leobaldo (2017), "o mercado de fora tem mais segurança em negociar com a cooperativa, do que direto com o produtor. As empresas americanas procuravam sempre as associações e cooperativas para comprar o produto" (informação verbal)[6].

É possível negociar um preço justo por intermédio da cooperativa. Em outros tempos, a Caepim firmou contrato com empresa norte-americana, em que o preço do açaí custava R$ 5,00, mas com a negociação se conseguiu a R$ 15,00. Foi mais vantagem vender via cooperativa, pois tirando o custo operacional, o lucro foi bem maior.

Algumas empresas preferem negociar a um preço mais baixo e vão com o marreteiro. O marreteiro comercializa o produto fora da cooperativa, mas ele não tem curso de boas práticas com a colheita do açaí, não tem formação de produtor, não divide sobra, não divide lucro e não traz benefício para a comunidade.

A cooperativa, além de manter a qualidade do produto, busca, com seus recursos e organização, benefícios para a comunidade, como a questão da água. A proposta é criar vários poços artesianos, por meio dos quais é possível encontrar veios de água limpa, própria para beber e preparar alimentos, pois a água do rio é inapropriada para consumo.

Em entrevista, Carlos Alberto[7] (2017), representante da Fase na Amazônia que vem dando suporte às cooperativas de Igarapé-Miri, sugere que a estrutura de uma cooperativa esbarra na questão da gestão. "É um trabalho com pessoas de como administrar uma entidade que, além das questões internas, tem as questões externas de relacionamento comercial" (informação verbal)[8]. A Fase busca, em entidades governamentais e empresas, parcerias e assistência para as negociações. De acordo com a lei, 30% da merenda escolar deve vir da agricultura familiar, mas nem todos os municípios cumprem a lei. A Fase denuncia e busca parceria. Todas as cooperativas têm um contador, uma contabilidade, tem que fazer a venda, ir atrás do mercado.

A Fase entende que existem problemas comuns nas cooperativas em todo o Brasil, por isso criou a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), uma associação de cooperativas, entidade que não está ligada ao governo, é independente, um braço da economia solidária.

Além da Caepim, em Igarapé-Miri, existe a Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri (Codemi), entidade com fins lucrativos, criada em 7 de março de 2006 por 64 agricultores familiares. A cooperativa, assim como a Codemi, tem como finalidade organizar e comercializar a produção da agricultura familiar do município, no varejo e no atacado, principalmente o açaí in natura, dentre outros frutos dessa cadeia.

---

[6] Notícia fornecida por Leobaldo Fonseca Costa, presidente da Caepim, em 2017.

[7] Carlos Alberto trabalha na Amazônia há 25 anos com movimentos sociais e cooperativas. Começou a trabalhar na Fase em 1999. Foi contratado para montar um projeto de unidade industrial em Abaetetuba, para beneficiamento do açaí. Era técnico da Fase, agora exerce a função de Conselheiro da Região Norte da Unicaf, representa a entidade em toda a região Norte.

[8] Notícia fornecida por Carlos Alberto, Conselheiro da Unicaf, em 2017.

Atualmente a produção de Igarapé-Miri comercializa seus produtos com o governo federal, pelos programas PAA e PNA, com a Natura e a Petruz Fruity, empresa de frutas que fica em Castanhal, PA. Essa empresa é gerenciada pela segunda e terceira gerações da família e já soma mais de 30 anos de conhecimento e trabalho com o fruto do açaí, também chamado "Ouro Negro da Amazônia". Processa 189 t de frutas frescas por dia, comercializa com mais de 30 países pelo mundo e está presente fisicamente em três empresas no exterior.

Associação de Mulheres de Igarapé-Miri (Asmim)

O movimento de mulheres de Igarapé-Miri acontece em parceria com o movimento do Projeto Mutirão. Conforme mencionado, o Projeto Mutirão envolve e envolveu as CEBs de todo o município, e nas CEBs toda a família (pai, mãe, filhos, tios, avós) está diretamente ligada às lutas e conquistas da comunidade. As mulheres sempre trabalharam juntas, contribuindo em todas as atividades, seja do movimento sindical, seja na construção da sede do Mutirão, seja na criação de associações.

O trabalho comunitário, feito em forma de mutirão, despertou nas mulheres a necessidade de criar um movimento só de mulheres para atender demandas específicas ligadas à vida das mulheres. Em maio de 1993, um grupo formado por 20 pessoas, das quais 18 mulheres e 2 homens, se reuniu e decidiu fazer um encontrão de mulheres das comunidades. O encontro aconteceu em agosto do mesmo ano, despertando as mulheres para reflexão sobre a realidade delas no lar, na comunidade, no sindicato, no Mutirão. Muitas experiências e vivências vieram à tona, assim como situações de desigualdade, de desconfiança, violência doméstica, subserviência ao marido, falta de documentação. A partir daí os encontros se tornaram frequentes nos anos seguintes.

O movimento de mulheres se tornou uma bandeira de luta da categoria por melhores condições de trabalho, cidadania, educação e saúde, principalmente a saúde feminina.

Como esse movimento não constituía entidade jurídica, algumas reivindicações esbarravam em burocracias, por isso não se conseguia resolver. Foi assim, depois de muitas articulações, debates, discussões e negociações, que se criou, em 15 de setembro de 1996, a Associação de Mulheres de Igarapé-Miri (Asmim), em congresso que reuniu mais de 200 mulheres na cidade, no salão paroquial da Igreja de Santana. Vindas do campo e da cidade representantes das diversas CEBs existentes.

Segundo entrevista realizada com Benedita Carvalho Gonçalves[9] (informação verbal)[10], a criação da Asmim foi uma necessidade da categoria de buscar políticas públicas, recursos financeiros, representação jurídica em órgãos oficiais que atendessem as reinvindicações relacionadas diretamente à situação das mulheres. Além do fortalecimento do movimento das mulheres, buscavam crédito para trabalhar na agricultura, liberdade financeira para comercializar seus produtos.

Antes, todos os processos se davam somente com os homens. Por mais que a produção envolvesse as mulheres, na roça eram as mulheres que capinavam, eram as mulheres que plantavam a mandioca e faziam a farinha, mas na hora da venda eram os homens que participavam da

[9] Benedita Carvalho dos Santos é presidente da Asmim e do STTR, também faz parte da coordenação da Fetagri, é sócia-fundadora do Projeto Mutirão, que teve participação direta na criação e instalação do projeto e depois Associação Mutirão.

[10] Notícia fornecida por Benedita Carvalho dos Santos, presidente da Asmim e do STTR, em 2017.

negociação de comercialização. No próprio movimento havia distinção entre homens e mulheres. Estas pegavam no pesado, trabalhando em todos os processos da produção, mas não participavam das decisões finais.

A cultura patriarcalista e machista sempre colocava as mulheres de lado na hora das decisões, muitas delas, interioranas, acreditavam que a mulher cuida da casa, cuida da produção, da roça, mas na hora da venda é o homem que vai lá vender e que leva a produção.

> Foi um pouco de audácia nossa de quebrar esse sistema, A gente acreditava que se fosse de igual para igual, melhorava para todos e principalmente para nós. A gente lutou por isso. (informação verbal).[11]

Na comunidade, nas CEBs, era do mesmo jeito. As mulheres faziam tudo, mas as coordenações ou conselhos comunitários sempre eram para os homens, com a ideia de que a mulher não serve para dirigir uma comunidade. Cabia a elas ser catequistas, mulheres que catequizavam as crianças para as doutrinas da Igreja Católica Apostólica Romana (Icar). Nas CEBs também havia a hierarquia de poder. Os homens diziam que as mulheres não estavam preparadas para estar no poder, não podiam assumir cargos como presidente ou tesoureiro porque lidavam com dinheiro, e o dinheiro tinha que ser administrado pelos homens.

As mulheres faziam a ornamentação em épocas de festa de padroeiro, cuidavam da casa comunitária, faziam a articulação entre as comunidades e dentro das CEBs, todo o trabalho praticamente era feito somente por mulheres.

> Em nossas CEBs fomos quebrando essa postura patriarcal aos poucos, Na ocasião da construção do Centro Comunitário, os homens decidiram que as mulheres iriam fazer a comida e os homens iriam trabalhar direto na construção, Nós mulheres decidimos que participaríamos de tudo, o trabalho não seria só de homens ou só de mulheres Nós vamos dividir tudo e dividimos por grupo misto de homens e mulheres, e cada dia, é um grupo que faz as tarefas seja de construção, seja de apoio na alimentação e outras coisas. E assim fomos quebrando os paradigmas de gênero enraizado em nossa cultura. (informação verbal).[12]

Mesmo sendo sócia da Associação Mutirão e sindicalizada no STTR, a mulher tinha muito pouca participação nas decisões. A partir da criação da Asmim melhoraram as relações, e as mulheres passaram a ter mais representatividade nos espaços de poder das entidades a que estavam filiadas.

Foi preciso criar a associação para que as mulheres, tanto nas CEBs como na Associação Mutirão e STTR, tivessem maior representatividade. As mulheres passaram a participar dos cursos de formação agrícola, juntamente com os homens, além da formação de gestão de entidades e outros.

[11] Notícia fornecida por Benedita Carvalho dos Santos, presidente da Asmim e do STTR, em 2017.
[12] Notícia fornecida por Benedita Carvalho dos Santos, presidente da Asmim e do STTR, em 2017.

> Formação é poder, poder é conhecer mais, se organizar mais, a partir da ASMIM as mulheres começaram a abrir a mente e protagonizar as lutas sociais juntamente com os homens. (informação verbal).[13]

Uma das primeiras questões trabalhadas na Asmim foi com relação à saúde da mulher. Como a mulher que não tem boa saúde vai participar das atividades das CEBs, do Mutirão e STTR? Assim se conseguiu uma vaga no Conselho Municipal de Saúde do município, podendo cobrar das autoridades políticas públicas relacionadas à saúde da mulher, entre eles, consultas regulares e exames ginecológicos gratuitos.

O movimento de mulheres e a Asmim contribuíram muito para que os espaços de poder fossem ocupados por mulheres, na atualidade, atuando na coordenação do STTR, nas associações, nas cooperativas, à frente das CEBs, e não só em nível local, mas regional e nacional. Cita-se, como exemplo, Carmen Foro, uma das sócias-fundadoras da Amut e atual coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, uma diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Em sua entrevista, Raimunda da Costa Almeida[14] (informação verbal)[15] argumenta que as principais conquistas do movimento de mulheres de Igarapé-Miri é a valorização da mulher em todos os segmentos dos quais ela faz parte. As mulheres passaram a participar mais das lutas populares juntamente com seus maridos, ocupando espaços. O reconhecimento que elas devem ter é ser protagonistas de suas próprias histórias, o que vai além de cuidar da casa, dos filhos e do marido; estar presentes nas decisões das entidades não só como meras coadjuvantes, mas como gestoras. Foi por meio da experiência da Asmim que as mulheres despertaram para exercer cargos de coordenação, diretoria, presidência do STTR, se candidatarem a um espaço político e outras entidades do município de Igarapé-Miri. Como relata Raimunda da Costa (informação verbal): "a minha tarefa de ser liderança nas CEBs e no STTR, de ocupar um espaço, não é somente de rezar, mas de fazer acontecer a transformação social e econômica de minha realidade".

Muitas mudanças aconteceram na relação de poder na família. As formações e encontros promovidos pela Asmim despertam para a consciência crítica do papel da mulher na sociedade e na casa. As mulheres assumem seu protagonismo. Entende-se que as relações podem ser de igualdade, tanto no movimento social como na família (informação verbal).[16]

Antes da conquista do sindicato, só quem se filiava era o homem, ou pai de família ou o esposo, que representava a esposa e o restante da família. No decorrer da luta para a tomada do sindicato, fez-se uma grande campanha para que as mulheres e jovens pudessem se sindicalizar. A sindicalização de mulheres e jovens contribuiu muito para a tomada do sindicato no ano de 1988.

---

[13] Notícia fornecida por Benedita Carvalho dos Santos, presidente da Asmim e do STTR, em 2017.

[14] Raimunda da Costa Almeida, mais conhecida por Mundinha, faz parte de diretoria do STTR e da coordenação da Asmim. Ela tem sua trajetória de participação desde a criação da comunidade em 1977, foi catequista e liderança das CEBs do Alto Muritipucu, participava dos cursos de formação de liderança, de catequese e agricultura familiar, se associou ao sindicato com a influência da Igreja, em janeiro de 1988. É secretária de finanças e administração e assalariado rural do STTR, além de coordenar a Asmim.

[15] Notícia fornecida por Raimunda da Costa Almeida, secretária de finanças, administração e assalariado rural do STTR e coordenadora da Asmim, em 2017.

[16] Notícia fornecida por Raimunda da Costa Almeida, secretária de finanças, administração e assalariado rural do STTR e coordenadora da Asmim, em 2017.

Hoje, no sindicato, a maioria dos associados são mulheres (53%); os homens representam 48%. Dos que estão quite financeiramente 70% são mulheres. Esse número elevado de mulheres decorre de direitos e conquistas que elas conseguiram por intermédio do sindicato. Quando se realiza congresso ou reuniões, a maioria dos presentes são mulheres, porque elas têm necessidade de aprender e querem saber se estão no caminho certo, elas buscam novidades para elas. A diretoria do sindicato está formada por cinco mulheres e dois homens.

As mulheres sindicalizadas podem ter aposentadoria aos 55 anos, as trabalhadoras rurais têm auxílio à maternidade, podem conseguir financiamento para agricultura. Com a sindicalização, as mulheres passam a ter os mesmos direitos que os homens.

A diretoria do STTR está assim constituída: Presidência - Benedita Carvalho Gonçalves; Secretaria de Finanças, Administração e Assalariado Rural - Raimunda da Costa Almeida; Secretaria de Políticas Sociais - Claudiane Pantoja Almeida; Secretaria da Mulher - Carmem Lúcia; Secretaria dos Aposentados - Maria da Graças; Secretaria-Geral - Raimundo Barreto de Morais; Políticas Agrícolas, Agrária e Meio Ambiente - Romildo Correa Fonseca; Secretaria da Juventude - Eliezer Souza dos Santos.

Na Asmim há grupos de mulheres representantes nas três cooperativas do município: COOPFRUT, Caepim e Codemi, outras estão nas associações de sua localidade ou comunidade; há mulheres coordenando, mulheres da cidade participam do Sintep ou grupos de assentamento, elas representam a associação nesses espaços para garantir o direito das mulheres em suas particularidades.

As mulheres incutiram em suas vidas o espírito que move as CEBs, espírito de unidade, fraternidade, coletividade, respeito às diversidades, foram e estão sendo, por meio de sua organização, de suas lutas e conquistas, o grande suporte para a nova realidade que se apresenta, "Igarapé-Miri, a capital mundial do açaí".

Análise e discussão da pesquisa de campo

A pesquisa de campo, com questionário semiestruturado, cujas perguntas foram elaboradas previamente, foi feita mediante visita às comunidades, percorrendo uma área pouco menor que a área territorial do município, 1.996,790 km². O município é dividido politicamente em oito distritos, que são: Distrito de Anapú, Pindobal Grande, Alto Meruú, Caji, Igarapé-Miri, Maiauatá, Panacauera e Meruú-Açu. Todos os distritos foram visitados, abrangendo as comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas, no total de 72 comunidades das 90 existentes, das quais 49 na Paróquia de Santana e 41 na Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré. Os resultados da pesquisa de campo estão a seguir (Tabela 1).

Na Tabela 1 se pode constatar que o município de Igarapé-Miri possui duas paróquias com discreta maior prevalência de localidades ligadas à Paróquia de Santana, de localidades no distrito da cidade; além de significativa maior prevalência de localidades com capela, que iniciaram suas atividades entre 1969 e 1980, com casa comunitária, com celebração dominical, com catequese, com pastoral social, que participam de festas religiosas e que têm outras igrejas na localidade, além de que todas as localidades têm sua coordenação por conselho comunitário.

Tabela 1. Características relativas à organização religiosa local por meio dos índices absolutos e relativos e comparação das prevalências na amostra geral.

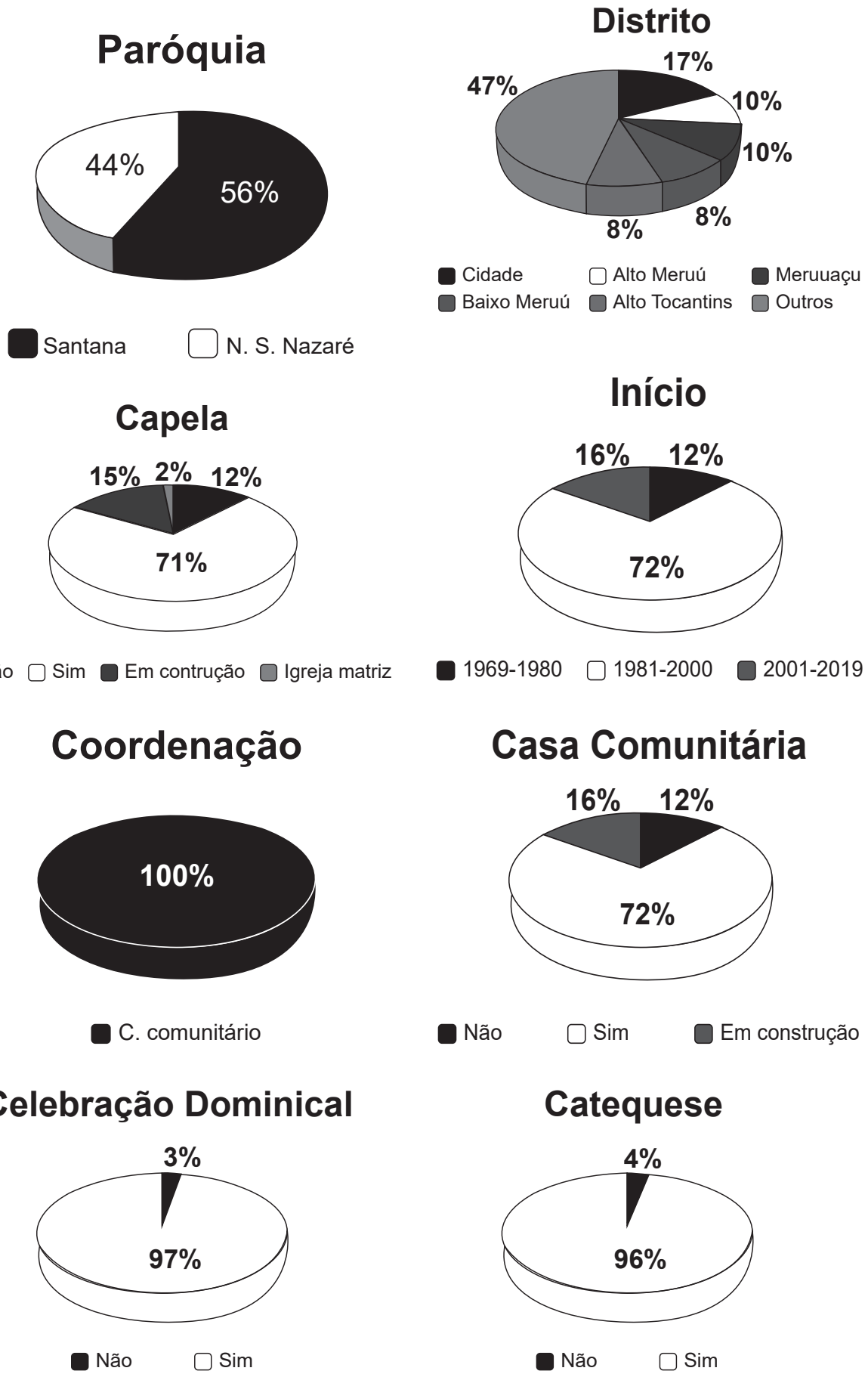
Variável	Classificação	Prevalência		Comparação	
		N	%	x^2	p
Paróquia	Santana	40	56,3	1,14	0,29
	N. Sra. de Nazaré	40	43,7		
Distrito	Cidade	12	16,9	20,06	0,13
	Alto Meruú	7	9,9		
	Meruuacú I	7	9,9		
	Baixo Meruú	6	8,5		
	Alto Tocantins	6	8,5		
	Outros	33	46,4		
Capela	Não	8	12,3	109,39	<0,01*
	Sim	46	70,8		
	Em construção	10	15,4		
	Igreja Matriz	1	1,5		
Início das atividades	1969-1980	42	60,0	26,60	<0,01*
	1981-2000	21	30,0		
	2001-2019	7	10,0		
Tipo de coordenação	Cons. Comunitário	69	100,0	-	-
Casa comunitária	Não	8	11,3	44,59	<0,01*
	Sim	58	81,7		
	Em construção	5	7,0		
Celebração dominical	Não	2	2,8	62,21	<0,01*
	Sim	69	97,2		
Catequese	Não	3	4,2	61,82	<0,01*
	Sim	68	95,8		
Pastoral social	Não	2	2,9	60,24	<0,01*
	Sim	66	97,1		
Festas religiosas	Não	2	2,9	61,23	<0,01*
	Sim	67	97,1		
Outras igrejas	Não	3	4,3	58,51	<0,01*
	Sim	67	95,7		

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

De acordo com a Figura 1, observam-se duas paróquias, porém até 2014 existia apenas uma, que atendia o município em sua totalidade, até as comunidades que se localizam nos limites com outros municípios. Com a criação da nova paróquia, houve uma divisão considerada geográfica, possibilitando atenção maior às comunidades, principalmente as mais distantes, geralmente nas quais o acesso se dá somente por barco (transporte fluvial).

A maioria das casas comunitárias foram construídas ou adquiridas logo em seguida à formação das CEBs. Na Figura 1 percebe-se que a grande maioria tem casa comunitária, que é um centro onde os comunitários se reúnem, fazem suas promoções, realizam as festas de padroeiros. A comunidade que não tem capela celebra o culto dominical no centro comunitário.

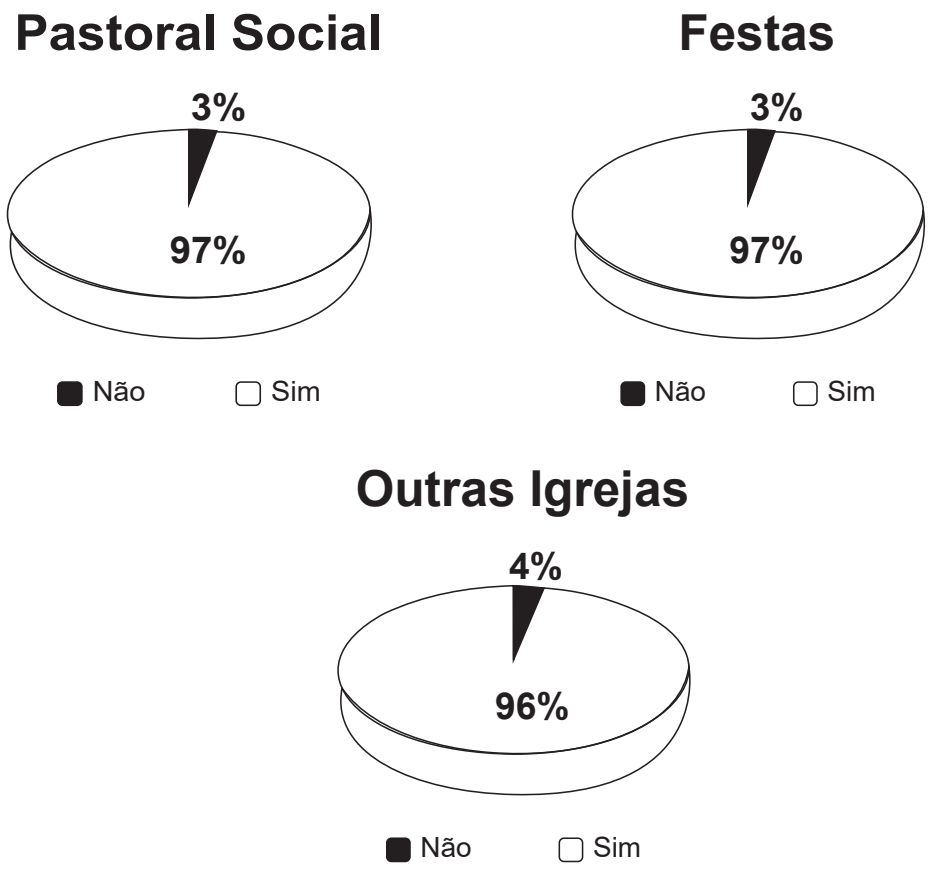
Figura 1. Características da organização religiosa local.



Desde a criação das CEBs, o culto dominical é uma atividade que faz parte dos rituais. A maioria foi criada para que houvesse a celebração dominical, como forma de os batizados exercerem a sua espiritualidade continuamente, não importando o local em que se mora, se o padre vai ou não. Organiza-se, na paróquia, um calendário de visitas do pároco às comunidades, o qual atende a todas mais de uma vez ao ano, fato que se tornou mais viável depois da criação de uma nova paróquia. A catequese sempre foi, desde o início das CEBs, uma preocupação primeira, visando manter os princípios cristãos e os sacramentos.

Na Figura 2 se pode constatar significativa maior prevalência de comunidades com pastorais sociais que realizam suas festas religiosas e que possuem outras igrejas na comunidade.

Figura 2. Características da organização religiosa local.



As pastorais sociais estão relacionadas às atividades da comunidade como um todo, além de especial atenção aos idosos, crianças e jovens. A maioria das CEBs possuem esse trabalho. As festas de santos padroeiros são uma tradição que têm origem no período dos engenhos, muitas comunidades apenas deram continuidade a essas tradições, outras adotaram um santo padroeiro e consequentemente realizam as festividades anualmente.

Em quase todas as localidades onde se tem uma CEB também há outras igrejas cristãs evangélicas. As relações entre igreja católica e igreja evangélica geralmente não são conflituosas, dependendo da situação, muitas vezes, se unem para o bem comum da localidade.

Na Tabela 2 constata-se discreta maior prevalência de localidades sem escola de ensino médio; além de significativa maior prevalência de localidades ribeirinhas, que não tem posto de saúde, que tem agente de saúde e que tem escola de ensino fundamental.

Tabela 2. Características de localização, saúde e ensino locais por meio dos índices absolutos e relativos e comparação das prevalências na amostra geral.

Variável	Classificação	Prevalência		Comparação	
		N	%	x^2	p
Localização	Ribeirinha	43	61,4	25,06	<0,01*
	Rural	15	21,4		
	Urbana	12	17,1		
Posto de saúde	Não	37	52,9	30,03	<0,01*
	Sim	31	44,3		
	Em construção	2	2,9		
Agente de saúde	Não	6	8,5	49,03	<0,01*
	Sim	65	91,5		
Escola Ensino Fundamental	Não	9	12,6	93,16	<0,01*
	Sim	62	83,7		
Escola Ensino Médio	Não	40	56,3	1,14	0,29
	Sim	31	43,7		

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Na Figura 3 constata-se significativa maior prevalência de comunidades localizadas na região ribeirinha, com posto de saúde, agente de saúde, escola de ensino fundamental, porém sem escola de ensino médio.

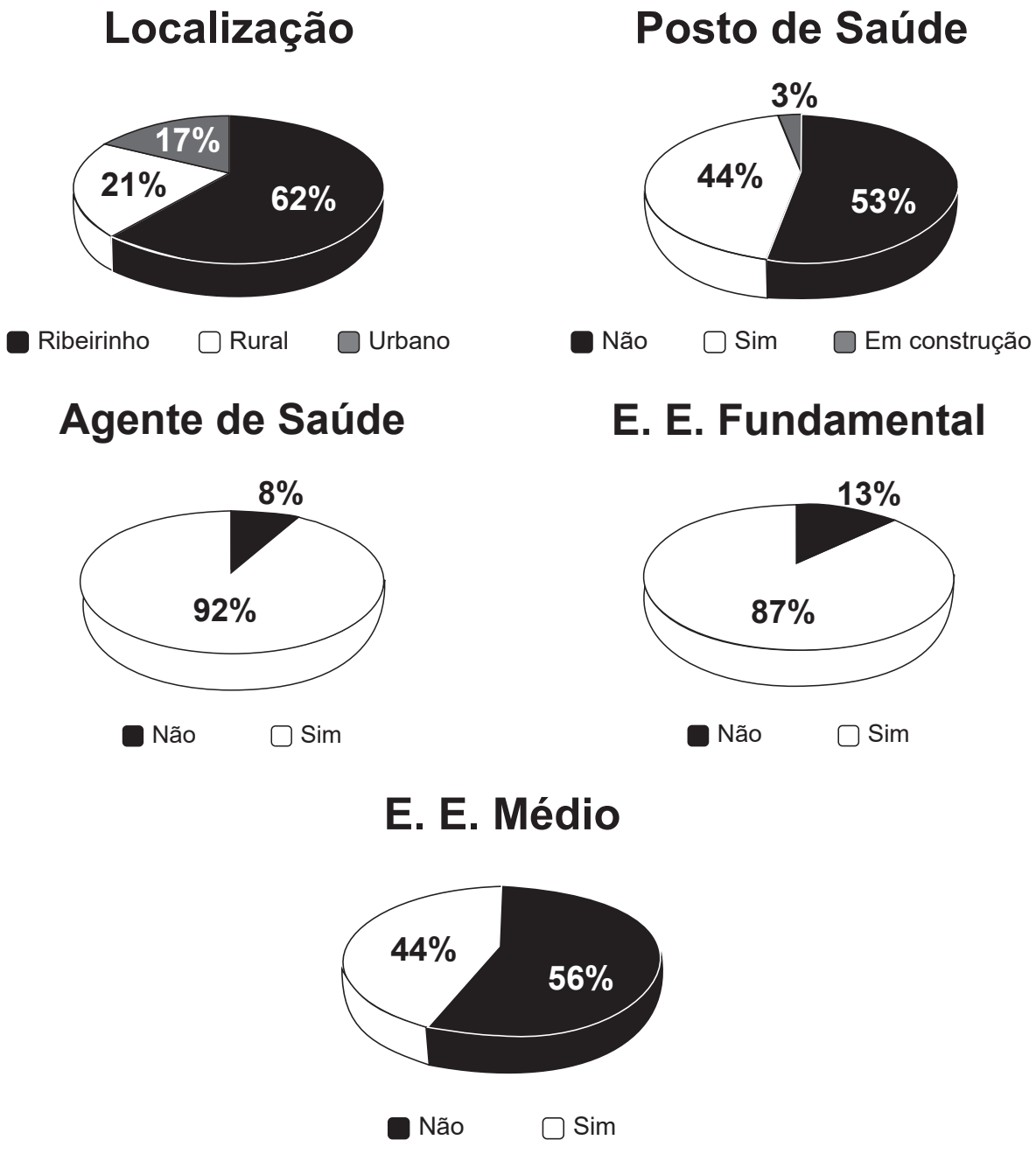
O município de Igarapé-Miri possui em seu território 1.996.790 km². Desse total 60% é região ribeirinha, isso explica porque as comunidades são na maioria ribeirinhas, proporcionando local propício para a produção e comercialização do açaí. A instalação de postos de saúde tem sido uma preocupação constante em todas as comunidades. Muitas já conseguiram, mas a maioria ainda está na luta para ter em sua comunidade ou localidade um posto de saúde para atendimentos de emergência.

Os agentes de saúde foram uma preocupação da Diocese de Cametá, pois pretendia-se criar um grupo de atendimento básico em todas as comunidades, aproveitando os saberes populares das mulheres e homens das CEBs. Várias formações foram e continuam sendo feitas no intuito de manter os/as agentes atualizados/as para atender a população de sua área. A diocese conseguiu do governo federal, por meio do Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS), remuneração para os agentes de saúde. Cada agente acompanha 100 famílias. Onde termina o trabalho de um, logo em seguida começa o de outro, cobrindo quase todas as áreas. É claro que é um trabalho de prevenção.

Os serviços efetuados pelos agentes são: manter atualizados dados e informação sobre as famílias e seus membros, manter o controle de quem nasce ou morre ou quando se forma outra família pelo casamento ou por união não formalizada, além de dados de doenças mais graves ou

qualquer alteração que ocorra com a família. Os agentes também acompanham as vacinas por meio do cartão de todas as crianças e orientam as mulheres gestantes para o pré-natal. Orientam ainda para o beneficiamento da água com o uso do hipoclorito e armazenamento adequado e para a produção de hortas caseiras e a importância da alimentação adequada utilizando todos os nutrientes para a preservação da saúde. Outro trabalho importante do agente de saúde é com relação ao uso da terra e meio ambiente, não deixando acumular lixo ao redor das casas e mantendo os rios sempre limpos. Com esse trabalho se diminuiu muito o índice de mortalidade infantil, bem como a anemia, diarreia e vermes.

Figura 3. Características de ensino e saúde local.



Quanto à educação, a maioria das comunidades tem em sua área uma ou duas escolas de ensino fundamental. As escolas de ensino médio funcionam como escolas polos e estão localizadas em lugares estratégicos para atender áreas que possuem várias comunidades. Em quase todas as comunidades há barcos escolares que fazem o transporte dos alunos.

Na Tabela 3 se pode constatar significativa maior prevalência de comunidades onde se encontra a cooperativa, com a presença de associação, de sindicato, com funcionário público e participantes de lutas sociais. Nota-se ainda que a maior prevalência está para localidades com agricultura familiar, onde o açaí + a pesca, o açaí + a farinha e o açaí são as principais culturas verificadas nessas localidades.

Tabela 3. Características relativas à organização do trabalho local através dos índices absolutos e relativos e comparação da prevalência na amostra geral.

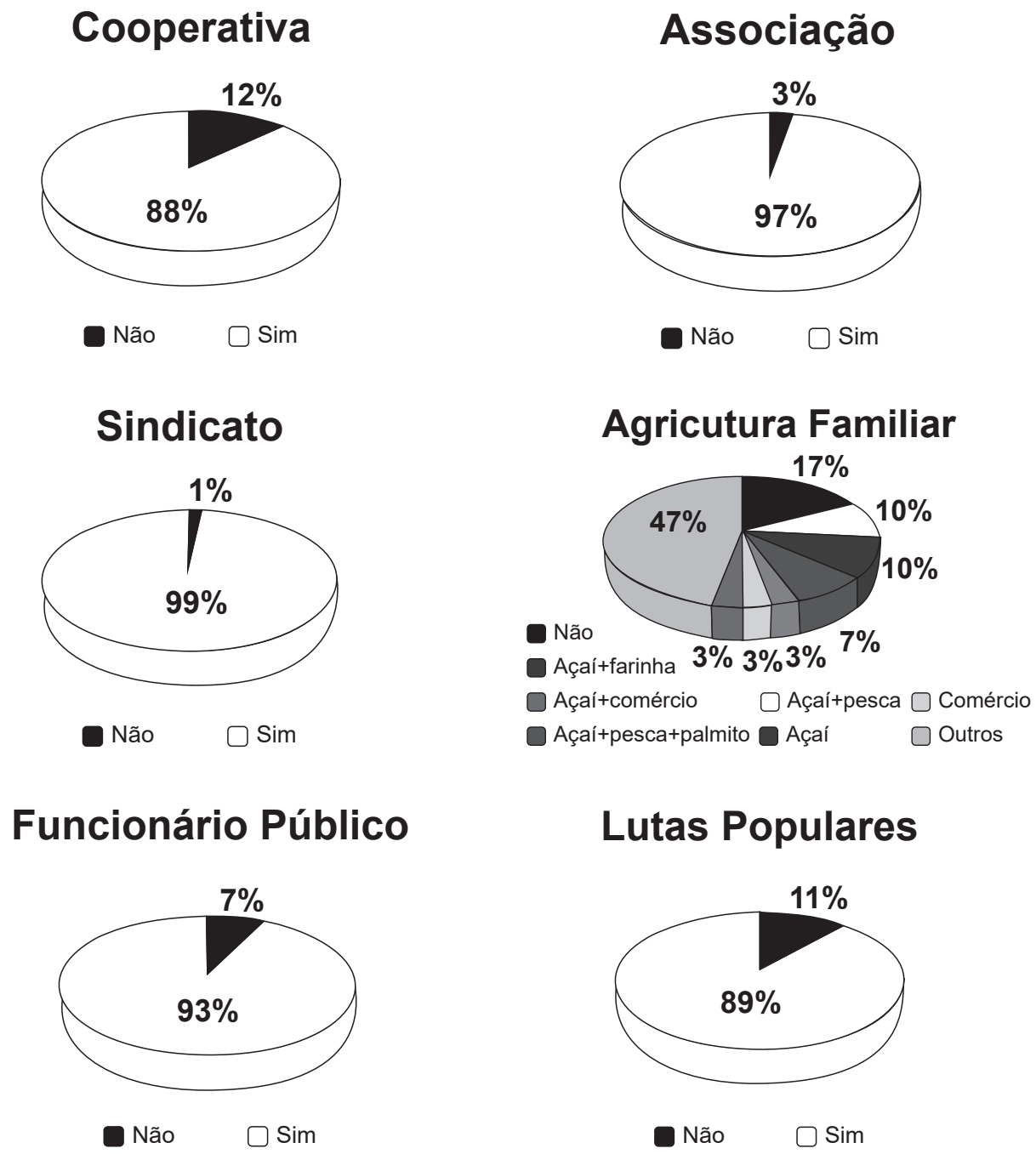
Variável	Classificação	Prevalência		Comparação	
		N	%	x^2	p
Cooperativa	Não	7	11,9	34,32	<0,01*
	Sim	52	88,1		
Associação	Não	2	3,1	57,25	<0,01*
	Sim	63	96,9		
Sindicato	Não	1	1,5	63,06	<0,01*
	Sim	66	98,5		
Agricultura familiar	Não	12	17,1	186,29	<0,01*
	Açaí + pesca	7	10,0		
	Açaí + farinha	7	10,0		
	Açaí	5	7,1		
	Açaí + comércio	2	2,9		
	Comércio	2	2,9		
	Açaí + pesca + palmito	2	2,9		
	Outras	33	47,1		
Funcionário público	Não	5	7,2	50,45	<0,01*
	Sim	64	92,8		
Participam de lutas populares	Não	8	11,4	41,66	<0,01*
	Sim	62	88,6		

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Na Figura 4 se pode constatar significativa maior prevalência de comunidades com cooperativas, com associação, com sindicato com agricultura familiar à base do açaí, com funcionário público e que participam das lutas populares da região.

A Figura 4 mostra que quase todas as comunidades visitadas pela pesquisa estão direta ou indiretamente envolvidas com o STTR. Na verdade, algumas comunidades surgiram para fortalecer a luta para a conquista do sindicato, por isso muitas comunidades foram criadas no decorrer da década de 1980. O STTR sempre foi o suporte para os trabalhadores(as) nas lutas e conquistas da terra e dos financiamentos para a produção de açaí.

Figura 4. Características da organização social e laborativa local.



A partir do sindicato é que surgiram várias associações e cooperativas para atender as demandas de comercialização do açaí. O sindicato e a Associação Mutirão não podiam emitir nota fiscal, era preciso criar cooperativas. Como em toda a região ribeirinha o açaí está sendo produzido, várias entidades foram criadas, porém poucas se mantém. A maioria não conseguiu se estruturar e manter-se, restando as cooperativas Codemi e Caepim.

Em quase toda a área se trabalha com agricultura familiar, cujo carro-chefe é a produção de açaí. Como esse produto tem um período de entressafra que vai de janeiro a junho, os agricultores

sobrevivem da comercialização de outros produtos, como cacau, cupuaçu, andiroba, murumuru, farinha de mandioca e outros.

Em todas as comunidades se fazem presentes os funcionários públicos, geralmente são agentes de saúde, professores e funcionários de prefeituras e câmara municipal, além de funcionários estaduais e federais.

Todas as conquistas das CEBs sempre ocorreram por meio das lutas populares, nada foi de graça: uma escola, um posto de saúde, segurança pública, asfaltamento de estradas, construção de pontes, abertura de canais de acesso entre comunidades, energia elétrica, portos de desembarque da produção do açaí. Tudo foi fruto de muita luta e organização, organização que se dá na base, na casa, no centro comunitário, na capela, na celebração, no trapiche de uma casa.

Considerações Finais

A realização desta pesquisa se concentra mais nas questões religiosas que influenciaram na estruturação político-econômica e social do município de forma global, porém havia a necessidade de aprofundar um pouco nas questões referentes a agricultura familiar, que muito contribui para a melhoria da qualidade de vida, principalmente na região ribeirinha, onde os recursos naturais são bem diferenciados dos da região rural de terra firme. Percebe-se um descaso do poder público com essa população, no que tange a questões de educação, saúde, segurança e incentivos financeiros para trabalho na agricultura.

Em Igarapé-Miri todos os benefícios de que hoje a população ribeirinha dispõe são fruto de muita luta e organização junto aos poderes públicos. No entanto, a área territorial da Amazônia é imensa, são inúmeras comunidades ribeirinhas em lugares muitas vezes nunca visitados pelo poder público. Às vezes, as entidades que chegam a esses lugares são as igrejas, sejam elas católicas ou evangélicas.

A região amazônica é rica em recursos naturais, rica em diversidades, rica em fauna e flora, em povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas. É fonte inesgotável de pesquisa. Mas as pesquisas devem ser para ajudar a preservar toda essa riqueza, e não para destruir em benefício de um pequeno grupo que só visa ao lucro comercial.

Por fim, pesquisas como esta devem ser aprofundadas, buscando novos aspectos dessa imensa diversidade. Pesquisas mostrando que é possível que pequenas comunidades como as CEBs, de forma organizada, possam provocar uma verdadeira revolução em uma organização política, a exemplo do que aconteceu com as comunidades do município de Igarapé-Miri, com o apoio da Igreja Católica da Diocese de Cametá. Elas foram responsáveis por influenciar as mudanças sociopolíticas, econômicas e religiosas que aconteceram a partir do Projeto Mutirão, cuja essência é uma produção voltada para práticas econômico-ecológicas autossustentáveis para todos os atores locais, beneficiando toda a população miriense, projetando o município, em nível regional, nacional e internacional, à "Capital mundial do açaí".

Referências

ANTUNES, R. L. C. **O que é sindicalismo?** 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BETTO (Frei). **O que é comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOFF, L. **Reflexões de um velho teólogo pensador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

CAMPOS, F. R. de S. Ciência Política, uma área que se afirma no século XXI – teorias e metodologias. *In*: FÓRUM INTERNACIONAL DO CONHECIMENTO & CIÊNCIA, 2., 2012, Belém, PA. **[Anais...]**. Belém, PA: Conhecimento & Ciência, 2012. v. 2, p. 65-73.

COSTA, S. M. F. **O sindicato dos trabalhadores rurais de Igarapé-Miri**: do sindicato atrelado ao sindicato de oposição. Belém, PA: UFPA, 2001. p. 192.

LOPES, M. L. B. **Distribuição dos retornos sociais do manejo do açaí no estado do Pará**. Belém, PA: BASA, 2007.

MAGALHÃES, S. B.; SIMÕES, A.; MARC, P.; SANTOS, C. V. dos; TAVARES, F. B.; MARTINS, P. F. da S.; LIMA JUNIOR, N. A. de. Transformações sociais e territoriais no ambiente rural da Amazônia Oriental. *In*: Encontro Nacional da Anppas, 6., 2012, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA, 2012.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sindicais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 2009.

PINTO, R. J. Produção de açaí ajuda a recuperar a economia. **Diário do Pará**, Belém, PA, 2004. Disponível em: http://www.diariodopara.com.br/. Acesso em: 24 jun. 2017.

POLLAK, H.; MATTOS, M.; UHL, C. **O perfil da extração de palmito no estuário amazônico**. Belém, PA: IMAZON, 1996. (Série Amazônia, 3).

REIS, A. A. dos. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA)**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2008.

REIS, A. A.; NASCIMENTO, W. L.; FELIZARDO, A. O.; SANTOS, A. R. Agricultura familiar e economia solidária: a experiência da Associação MUTIRÃO, na região do Baixo Tocantins, Amazônia Paraense. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 22, p. 120-142, maio 2015. Edição Especial do XII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social, 2015.

RUEDA, R. P. Evolução histórica do extrativismo. *In*: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. (ed.). **Reservas extrativistas**. Cambridge: UICN: CCE; Brasília, DF: CNPT, 1995. p. 3-12. Disponível em: https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/FR-012-Pt.pdf. Acesso em: 25 nov. 2017.